

ESCOLA "SEM" PARTIDO E OS RISCOS À EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

NON-PARTY SCHOOL AND THE RISKS TO BRAZILIAN EDUCATION: A LITERATURE REVIEW

DOI: 0.16891/2317-434X.v10.e2.a2022.pp1346-1352

Recebido em: 23.02.2022 | Aceito em: 06.06.2022

Luís Henrique Alencar Silva

E-mail: luishenrialencar@gmail.com

RESUMO

A democracia brasileira ingressa no século XXI consolidada por meio da eleição de um governo de base operária. Houve conquistas de direitos ratificadas pela Constituição de 1988. Este governo foi reconduzido em 2014, com eleições democráticas e legítimas. Entretanto, é nesse período que ataques organizados pela extrema direita e outras lideranças políticas resultam na destituição da presidenta eleita. É nesse ínterim que direitos conquistados na constituinte de 1988 são atacados pelo governo imposto. O Escola Sem Partido, ganha força neste cenário com ataques à educação. A proposta do presente estudo é investigar os discursos do movimento Escola Sem Partido. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa através de uma revisão bibliográfica. É abordado os impactos na formação dos estudantes, numa tentativa de tornar evidentes os interesses escondidos, as fortes tendências totalitárias que instigam o cerceamento do trabalho docente e a associação com um projeto mais amplo que visa tornar a escola um balcão de negócios. Os resultados demonstraram que o discurso de neutralidade e equidade defendido pelo Escola Sem Partido, na verdade, esconde uma política de cerceamento ao debate de ideias, à qualidade na educação e a perseguição do professor como responsável por manipular a opinião dos estudantes. Concluiu-se que é fundamental a discussão com objetivo de construir um contraponto baseado na desconstrução de ideias obsoletas do movimento, sobretudo, no campo da educação, baseado no protagonismo de uma escola cada vez mais autônoma e democrática.

Palavras-chave: Educação; Ideologia; Gênero.

ABSTRACT

Brazilian democracy enters the 21st century consolidated through the election of a working-class government. There were conquests of rights ratified by the Constitution of 1988. This government was reappointed in 2014, with democratic and legitimate elections. However, it was during this period that attacks organized by the extreme right and other political leaders resulted in the removal of the president-elect. It is in the meantime that rights conquered in the 1988 constitution are attacked by the imposed government. Non-party school gains strength in this scenario with attacks on education. The purpose of this study is to investigate the discourses of the Non-party school movement. To this end, a qualitative research was carried out through a literature review. The impacts on student training are addressed, in an attempt to make the hidden interests evident, the strong totalitarian tendencies that instigate the curtailment of teaching work and the association with a broader project that aims to make the school a business desk. The results showed that the discourse of neutrality and equity defended by Non-party school actually hides a policy of restricting the debate of ideas, the quality of education and the persecution of the teacher as responsible for manipulating the students' opinion. It was concluded that the discussion is essential in order to build a counterpoint based on the deconstruction of obsolete ideas of the movement, especially in the field of education, based on the role of an increasingly autonomous and democratic school.

Keyword: Education; Ideology; Genre.

INTRODUÇÃO

O movimento Escola sem Partido (ESP) foi idealizado pelo advogado Miguel Nagib em 2004. Segundo seu fundador, o movimento surge a partir da indignação com o professor de história de uma de suas filhas que comparou Che Guevara, um dos principais líderes da Revolução Cubana, com São Francisco de Assis, um dos santos mais populares da Igreja Católica. Segundo Nagib, o movimento é completamente apartidário e teria como objetivos combater o uso do sistema educacional para fins políticos, ideológicos e partidários além de defender o direito dos pais dos estudantes sobre a educação moral de seus filhos (BÁRBARA et al., 2017).

O solo estrutural no qual está alicerçado o Escola sem Partido, relaciona-se ao ano de 2016, o mesmo que data o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Bárbara et al., (2017) faz uma breve retomada do momento político do país, com as manifestações a favor e contra o afastamento da Presidente Dilma em 2015, com amparo da mídia, se reduziu a uma polarização dos partidos de direita contra os partidos de esquerda, ocasionando em uma briga do suposto bem contra o mal na população do país.

Para Frigotto (2017), foi insuportável para a classe dominante brasileira pequenas, embora relevantes, conquistas dos movimentos sociais, sindicatos e partidos ligados às pautas dos trabalhadores por seus direitos. Dessa forma, a classe dominante não admitiu abrir mão de privilégios e lucros. O autor menciona elementos que sustentaram o processo de impeachment: a grande mídia, confederações e institutos privados detentores do capital, setores e figuras do judiciário, seções do Ministério Público e da Polícia Federal, determinadas igrejas evangélicas e no campo da educação, empresários defensores do “Todos pela Educação” e do “Escola sem Partido”.

De acordo com Penna (2017), o discurso do Escola sem Partido não foi enfrentado da forma devida e tem representado um significativo impacto na sociedade brasileira visto os projetos de lei que englobam suas ideias. O autor destaca que por parecer absurdo e sem parâmetros legais para aqueles que conhecem o debate educacional, se espalhou com bastante força não em debates acadêmicos, mas pelas redes sociais. Tal discurso faz uso de linguagem própria e pouco precisa além do senso comum, se aproveitando de dicotomias simplistas que diminuem questões complexas a falsas alternativas com apoio da polarização na esfera política para introdução no campo da educação.

Desta maneira, a pesquisa apresenta relevância

por se tratar de uma temática importante visto os possíveis danos que o Escola sem Partido pode causar nas instituições de ensino, mas também na prática docente. À vista disso, este artigo tem como objetivo, portanto, investigar os discursos do Escola sem Partido. O material divulgado no site do movimento serviu como base para análise das propostas e intervenções no âmbito da educação em seus diversos níveis.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de literatura narrativa sobre o Escola sem Partido. A pesquisa bibliográfica foi realizada via online, utilizando livros, artigos científicos, teses e dissertações com o feixe temporal de 2017 a 2019, a partir dos descritores “ideologia” e “educação”. Este levantamento preliminar, ou estudo exploratório, tem como propósito delimitar a área de estudo. A pesquisa realizada é classificada como pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2010) é elaborada através de materiais já publicados por autores que fundamentam e se posicionam por meio do conhecimento relacionados com estudos ao tema proposto.

De acordo com Ludwing (2009), a pesquisa bibliográfica fundamenta-se em procurar, analisar, interpretar e julgar os materiais teóricos já existentes sobre determinado assunto. É importante que sejam consultados livros, revistas e documentos disponíveis em endereços eletrônicos e/ou bibliotecas. Em seguida, é imprescindível que o material fundamental para a pesquisa seja selecionado, sendo realizado um exame minucioso e leituras para só assim começar a redigir um texto baseado nos materiais encontrados.

O método empregado para análise dos dados foi a análise descritiva dos mesmos, utilizando-se da leitura exploratória para garantir que o material encontrado possui informações que correspondam aos objetivos propostos pelo pesquisador em relação à temática do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Penna (2017) apresenta quatro elementos principais que caracterizam o Escola sem Partido (ESP). O primeiro diz respeito a uma concepção de escolarização, que separa o ato de educar – de responsabilidade da família e da religião – e o ato de instruir, que no entendimento do Escola sem Partido, cabe ao professor transmitir conhecimento neutro, sem a mobilização de valores e sem a discussão da realidade dos estudantes. O segundo elemento refere-se à desqualificação do professor, esta lógica se aproxima de uma lógica de mercado, o que

consiste em tomar a educação como uma relação entre alguém que presta um serviço e um consumidor. O terceiro elemento, é a utilização de estratégias discursivas fascistas, o discurso de ódio voltado aos professores. No *site* do movimento¹, na aba “Quem somos” o movimento se descreve como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. O quarto e último elemento é a defesa do poder total dos pais sobre seus filhos, contra a “ideologia de gênero” que é entendida como uma ideologia antifamília, uma tentativa de transformar jovens em gays e lésbicas, ou seja, um ataque à família.

Ainda de acordo com *site*, seria falsa a busca por uma visão crítica da realidade feita pelos docentes. Sendo apenas pretexto para “um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”. Na aba “Apresentação” do *site* do movimento, é nítido uma busca em denunciar e combater uma suposta “doutrinação” feita pelos professores: “Vítimas do assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas, essas escolas se transformaram em meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas desses grupos e dessas correntes” (ESP, 2019a). Em seguida, o mesmo *site* especifica com mais detalhes o que seria o assédio por parte dos professores e incentiva estudantes e pais a denunciarem os professores:

Se você sente que seus professores ou os professores dos seus filhos estão comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; se percebe que outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a formação uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência (acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la) (ESP, 2019a).

Dessa forma, o movimento promove um sistema de cerceamento e ameaça aos docentes. Faz-se necessário observar que a superficialidade dos argumentos sobre a

questão da suposta doutrinação e o assédio moral é tão ampla tornando inviável a escolarização em si (SARAIVA, VARGAS; 2017). Na tentativa de implementar suas convicções, é reforçado que estudantes e pais façam denúncias para flagrar professores cometendo o que os defensores do ESP chamam de “doutrinação”.

A liberdade que os professores têm é assegurada pelo artigo 206, inciso II da Constituição Federal de 1988, o texto diz que “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” e no inciso III dispõe sobre o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Desta forma, ao propor a proibição dos professores de exercer sua profissão e a censura de alguns conteúdos importantes para a formação dos estudantes, o movimento defende pautas que são caracterizadas como inconstitucionais (BRASIL, 1988).

Segundo Frigotto (2017), o ESP propõe não apenas a aniquilação da prática docente, que não se reduz a transmitir e/ou decifrar códigos em manuais e apostilas, mas sim a formação de novos consumidores em potencial. O fazer docente se encontra no ato de ensinar, implicitamente tem-se o ato de educar. Portanto, é no confronto de visões de mundo, das concepções científicas e métodos pedagógicos que o docente se compromete no desenvolvimento da capacidade de leitura crítica da realidade e na construção de sujeitos autônomos. O modelo proposto pelo ESP, visa a substituição da pedagogia da confiança e do diálogo questionador pela instauração de uma cultura que torna os estudantes e seus pais delatores.

De acordo Silva et al (2017), somente por meio de uma educação crítica e transformadora será possível a quebra de padrões estabelecidos previamente por elites econômicas e culturais, possibilitando modificações na estrutura social. Por consequência, refletir sobre o papel da escola como transformadora e não considerar o fazer docente enquanto ativo, é aviltar a imagem do educador enquanto sujeito da sua própria ação e reduzi-lo à condição de fantoche em serviço de grupos sociais dominantes. O ato de educar em si, se caracteriza, como um exercício político subalterno às concepções de mundo e vivências do educador. A proposta de uma educação em que o professor é neutro, tem como pano de fundo o propósito de submeter e criminalizar o exercício docente, impondo uma pedagogia e uma realidade paralela. Sendo assim, não existe neutralidade nesse projeto, como também não há na prática docente, nesta perspectiva, Paulo Freire afirma

Não há nem jamais houve prática educativa em

¹ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em: 09/02/2020

espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos de que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade (FREIRE, 1992, p.78).

Responsabilizar a escola como influenciadora exclusiva na formação dos estudantes é uma forma equivocada de pensar. Da mesma forma, a escola não é o único local para a educação e o educador não é o único incumbido dessa tarefa. A família consiste em parte indispensável deste processo. Com a ascensão do Escola sem Partido, um grupo de estudantes e professores da faculdade de História e de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) encabeçaram uma mobilização contra o ESP a partir de meados de 2015 com objetivo de informar e produzir conteúdo para só assim combater o retrocesso, além de desarticular o apoio que o movimento conquistou nos últimos anos ao lado de uma agenda conservadora. Surge o movimento intitulado de “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP). Sendo assim, o PCESP desponta como um dos primeiros movimentos sociais a fazer oposição direta às ideias e propostas do ESP, se caracterizando pela divulgação de material sobre suas práticas e na realização de análises e reflexões (CALDAS, 2017).

Conforme Pinheiro (2017), o PCESP se configura como um movimento social, visto que busca contrapor as ideias retrogradadas de direitos e liberdades do ESP, propondo alternativas democráticas de técnicas e narrativas educativas. As atividades do PCESP se diferenciam das ações do ESP pelo motivo de priorização do espaço social como local de atuação para realização de debates sobre as contradições do ESP. O ambiente institucional também é ocupado e problematizado, entretanto, não é o único lugar da atuação dos membros do PCESP. Por fim, o movimento busca através da organização e da resistência lutar em prol de uma educação de qualidade e, sobretudo, democrática.

Ao contrário, o ESP se caracteriza como uma ação político-partidária de cunho moral que mantém a perpetuação de valores sociais e culturais dominantes, nitidamente de viés conservador, antidemocrático e repressor. Dessa forma, o autor caracteriza o ESP enquanto um antimovimento social, pois, é entendido como uma mobilização que nega a subjetividade do outro, a própria condição de produção de subjetividades e de sujeitos coletivos, seja nas escolas, dentro de sala de aula ou em outros diversos espaços públicos. Desta forma, é

negado uma cultura democrática que a base é o reconhecimento e aceitação daquilo que é diferente (CALDAS, 2017).

Escola “sem” Partido?

Ao inserir as aspas no termo “sem” da nomeação Escola sem Partido, se quer salientar que, de maneira oposta, refere-se a defesa, por parte de seus representantes, de uma escola do partido único: um partido da intolerância com as diferentes visões de mundo, de educação, de conhecimento, de liberdade, de partido, por conseguinte, do ódio e da xenofobia em seus diferentes modos: gênero, orientação sexual, etnia e etc. Portanto, um partido que põe em risco os fundamentos de liberdade e democracia (FRIGOTTO, 2017).

É predominante a utilização de vocábulos pouco precisos, tais como “ideologia de gênero” e “doutrinação ideológica” numa tentativa de deturpar o sentido real de cada uma das palavras usadas nas expressões. O objetivo é a desqualificação de práticas sociais que promovem o combate ao racismo, à homo e transfobia, a cultura do machismo, à violência de gênero entre outras que ameaçam os direitos humanos e à democracia (MENEZES, 2016).

A origem do ESP, como dito anteriormente, se vincula a ascensão de grupos de extrema direita e grupos religiosos de orientação cristã, descontentes com os avanços das políticas adotadas pelo governo de centro-esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito presidente em 2003. As políticas educacionais do Governo Lula promoviam inclusão social, a princípio, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) criada após a conclusão da reforma administrativa do Ministério da Educação (MEC) em 2004. A criação da SECAD constitui-se como uma importante ferramenta na agenda do governo no combate à desigualdade educacional e na criação de dispositivos que garantissem a democratização do acesso e a qualidade da educação. Salienta-se que a criação do ESP data do mesmo ano da instituição do SECAD como órgão componente da estrutura administrativa do MEC (SARAIVA; VARGAS, 2017).

Em 2007, com o decreto presidencial N° 6.320/2007 e a reestruturação do MEC a SECAD passa ter novas competências tais como: coordenação, planejamento, acompanhamento da formulação e implementação de políticas educacionais com objetivo de contribuir na redução das desigualdades através do reconhecimento da diversidade. Portanto, uma das atribuições da SECAD era a formulação de políticas voltadas à segmentos sociais que tradicionalmente são

excluídos da educação formal. Os formuladores da SECAD atribuem à educação papel fundamental na transformação da tolerância, respeito pela alteridade e justiça social como valores sociais de uma sociedade mais justa (MELO, 2009).

A partir de 2011, perante o decreto presidencial n. 7.840, de 16 de maio de 2011, a SECAD torna-se SECADI, com o acréscimo do eixo da inclusão, passar a ser denominada de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão tendo em vista à “[...] valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais” (BRASIL, 2011). Nos anos seguintes, a SECADI como órgão específico da estrutura organizacional do Ministério da Educação foi perdendo espaço até ser desmontada pelo ex-ministro da Educação do Governo Bolsonaro, Ricardo Vélez-Rodríguez, a área do MEC responsável pelas ações de diversidade, direitos humanos e relações étnico-raciais foi extinta por recomendação da classe conservadora que chega ao poder, propondo uma subpasta para alfabetização, tal manobra teve por finalidade eliminar temáticas de direitos humanos e a palavra diversidade da agenda do governo.

As mudanças nas ações e políticas educacionais no contexto do MEC, reforça as discussões que ganharam espaço no Brasil nos últimos anos, integrando condições favoráveis para a eclosão do ESP. Dessa forma, o movimento se configura como uma barreira para possíveis transformações sociais que podem favorecer grupos historicamente marginalizados e a inclusão dos excluídos, assim como o objetivo de manter posições privilegiadas e hegemônicas de alguns setores da sociedade (SARAIVA; VARGAS, 2017).

A importância de discutir o ESP ocorre quando o projeto converge com outras pautas da vertente conservadora: o combate ao que foi chamada de “ideologia de gênero”. A principal temática de uma “Escola sem Partido” estava focada no receio da “doutrinação marxista”, algo presente desde o período da ditadura civil-militar de 1964. Entretanto, o temor de discutir papéis de gênero foi crescendo devido as iniciativas de combate à homofobia, transfobia e ao sexismo nas escolas. Foi assim que se tornou alvo de ataques de grupos conservadores, sendo fundido à pauta original do ESP, transferindo a discussão para um campo prioritariamente “moral” passando a enquadrar como uma disputa entre escolarização, autoridade e responsabilização da família sobre crianças e adolescentes. Nessa conjuntura, se fortalece a desqualificação dos professores, sobretudo, os que se

colocam ao lado de causas populares e se recusam a seguir o ESP. Estes são criminalizados, denunciados por “fazer a cabeça dos educandos” na tentativa de formar cidadãos críticos e compromissados com a realidade em que vivem, exercem a profissão de forma equivocada, pois esta função, de acordo com o ESP, só deve ser exercida pela família (MIGUEL, 2016).

Desta forma, o ESP é contra qualquer discussão que o professor eventualmente possa fazer em sala de aula sobre questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, essa “manipulação” acontece quando problematizam o conceito de gênero como uma construção sócio-histórica e em constante processo de mudanças. A atuação na dimensão política quanto na dimensão moral, indissociáveis na visão dos membros e defensores do ESP, busca denunciar as “doutrinações” ocorridas em sala de aula através de propostas e medidas com objetivo de intervir no trabalho docente, coibindo a liberdade de expressão do professor na relação com os estudantes e nas políticas pedagógicas da escola (CALDAS, 2017).

Para tanto, faz-se necessário destacar que a própria legislação certifica o caráter político quando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (BRASIL, 2010) orientam as escolas a basear seu trabalho através de um projeto político-pedagógico, também chamado de PPP, esse documento é responsável por definir as diretrizes, metas e métodos para que a instituição de ensino alcance seus objetivos. Portanto, é viável afirmar que a escola deve ser sem partido e nunca, em nenhuma hipótese, deixar de ser um campo político (SARAIVA; VARGAS, 2017).

No entanto, a escola vem sendo sujeitada a um projeto que limita a liberdade de expressão prejudicando a formação plena nas escolas e instituições de ensino em todos os níveis. O ambiente escolar não é local meramente de transmissão de conteúdos acadêmicos. A escola é o espaço ideal para que diversos tipos de interações aconteçam resultando, por via de regra, em comportamentos, análises, saberes, sentidos, construção de laços afetivos e relações sociais. Portanto, concomitante com a família, a escola simboliza um contexto fundamental para socialização entre crianças e adolescentes. Dessa forma, se constitui como um lugar privilegiado de conhecimento sobretudo para o desenvolvimento social, psicológico e cognitivo de crianças e jovens, uma vez que dedicamos bastante tempo de nossas vidas em convívio mútuo com outros estudantes e professores.

Segundo Menezes (2016), além da ruptura democrática, existem outras consequências nefastas com a consolidação de ideias reacionárias, obsoletas e

preconceituosas em nome de uma suposta equidade entre as correntes ideológicas e políticas em sala de aula. O nome do movimento não condiz com a realidade, visto que busca cercear a liberdade de pensamento e o livre debate de ideias no meio escolar. A autora cita o caso do curso de Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD) da Universidade Federal da Bahia criado em 2009, com o propósito de formar profissionais capazes de formular, acompanhar e monitorar projetos e ações ligados à perspectiva de gênero e diversidade. Tais iniciativas podem sofrer com dificuldades ou até mesmo deixarem de ser viáveis (tanto o ingresso no mercado de trabalho dos egressos, como na formação de novos estudantes) devido as propostas do ESP. Além de vários outros Programas de Pós-Graduação nas diferentes áreas do conhecimento nas universidades brasileiras que se dedicam ao estudo de gênero e sexualidade, uma vez que essa temática se constitui como alvo das integrantes e defensores do ESP com a justificativa que tais discussões são uma ameaça à família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso ideológico por trás do movimento Escola sem Partido (ESP) e pelos grupos que o representam sugerem uma imagem de escola e sociedade que integra apenas uma visão de mundo. Não há espaço para minorias e grupos historicamente marginalizados no discurso defendido pelo movimento, além que é claro o prejuízo para os estudantes, pois como foi demonstrado é

inconcebível que haja educação de forma neutra, uma vez que o ato de educar presume sujeitos inseridos no espaço/tempo histórico de uma sociedade em questão. O projeto ameaça à liberdade de aprender e ensinar, além do pluralismo de ideais presentes na Constituição Federal de 1988.

Não há ideologia maior, que uma “escola sem partido”, pelo contrário, deve-se tomar partido, ou melhor, deve-se posicionar contra a manutenção de uma lógica excludente que reina no Brasil desde os tempos coloniais. Compete ao educador se colocar diante do mundo e colaborar para que seus educandos também o possam, através do diálogo e de seus próprios posicionamentos. O argumento básico do ESP consiste na tentativa de desqualificar os docentes e à livre argumentação de ideias, inserindo um sentimento de constante vigilância sobre os docentes, com a possibilidade de serem responsabilizados judicialmente por pais, nesta ótica, a ideologia por trás do ESP é antidialógica, antidemocrática e antipovo. Tal pensamento reacionário, exclui concepções pedagógicas e nega a pluralidade cultural do nosso país.

Com isso, é preciso que educadores e educadoras se posicionem contra qualquer forma de discriminação, violência e tomem o partido do diálogo, debatendo de forma crítica a fim de combater privilégios e cooperar por uma educação inclusiva e pela manutenção de direitos conquistados pelo Estado Democrático de Direito, somente através da luta e pela resistência ao modelo proposto pelo ESP que nos fortalecemos enquanto sociedade civil.

REFERÊNCIAS

BÁRBARA, I. S. M. S.; CUNHA, F. L.; BICALHO, P. P. G.. Escola “sem” Partido: Visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1ed. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017, v. 1, p. 105-120. Disponível em: <<https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>> Acesso em 15 fev 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 9 jun. 2019.

_____. **Decreto n. 6.320**, de 20 de dezembro de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dezembro 2007. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6320.htm> Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. **Decreto n. 7.480**, de 16 de maio de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 maio 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7480.htm> Acesso em: 21 fev. 2020.

_____. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Brasil, 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2020.

_____; CNE. **Resolução CNE/CEB 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em 10 mar. 2020.

CALDAS, R. R.. **O antimovimento social "Escola Sem Partido" e a negação da produção de subjetividades nos espaços públicos.** In: XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017. p. 1-16.

ESP. **Escola sem Partido.** Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>> Acesso em 08 fev. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Escola "sem" Partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1ed. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017, v. 1, p. 35-48. Disponível em: <<https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>> Acesso em 15 fev 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUDWIG, A. C. W. **Fundamentos e prática de Metodologia Científica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MELO, Regina Conrado. **As políticas educacionais do governo Lula:** a agenda da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e da Diversidade SECAD do Ministério da Educação. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

MENEZES, Leopoldina Cachoeira. **"Escola sem Partido":** uma ameaça à formação em Gênero e Diversidade. 2016. Disponível em: <<http://www.apub.org.br/wp-content/uploads/2016/08/texto-para-o-proifes-Leopoldina.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MIGUEL, L. F. **Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero":** o "Escola Sem Partido" e as leis da mordada no parlamento brasileiro. Revista Direito e Práxis, v. 15, p. 590, 2016.

PENNA, F. A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Escola "sem" Partido:** esfinge que ameaça a educação e a

sociedade brasileira. 1ed. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017, v. 1, p. 35-48. Disponível em: <<https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>> Acesso em 15 fev 2020.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. **Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP):** tensões e discurso nas redes sociais. 251f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2017.

SARAIVA, K. ; VARGAS, J. R. . **Os perigos da Escola sem Partido.** Teias (Rio de Janeiro), v. 18, p. 68, 2017.

SILVA, A. F.; FERREIRA, J. H. ; Vieira, C. A. . O discurso falacioso do Movimento Escola Sem Partido. **Revista Pedagógica,** Chapecó Online, v. 19, p. 49-65, 2017.